

---

## **DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS PESSOAS TRANS: ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM CAMPO MOURÃO/PR**

---

Thiago Rodolfo Pires<sup>1</sup>

### **INTRODUÇÃO**

O universo temático da questão trans se posiciona na ponta de lança dos preconceitos e das discriminações existentes no Brasil em face da comunidade LGBTQIAPN, já que se constitui enquanto segmento da sociedade historicamente discriminado, oprimido e invisibilizado. Não por acaso que as pessoas trans têm que suportar o atravessamento de inúmeras barreiras encontradas na efetivação de seus direitos fundamentais sociais, por exemplo, nos eixos da saúde e do trabalho, em um contexto contemporâneo que se mostra totalmente avesso, hostil e que repudia ostensivamente a manifestação diversa da cisnormatividade socialmente reconhecida.

Na presente pesquisa, entendemos a pessoa trans em sentido amplo, isto é, na qualidade de uma junção das identidades Transgênero, Transexual e Travesti, tendo como base a delimitação do Manual de Comunicação LGBTI+, realizado por GayLatino e Aliança Nacional LGBTI+, que apresenta o termo Transgênero enquanto um termo “guarda-chuva”, ou seja, que engloba qualquer identidade trans dentro de sua definição. Na mesma toada, Jesus (2013) concebe que a terminologia trans se trata de um diminutivo que se refere a pessoas que vivenciam papéis de gênero fora dos padrões normativos predominantes na sociedade e que podem ser denominadas genericamente enquanto integrantes da população “transgênero”, que é composta, de forma majoritária, por travestis e transexuais, sem prejuízo da inclusão de pessoas outras que não se identificam com o gênero atribuído socialmente.

### **OBJETIVO**

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Sociedade e Desenvolvimento da Unespar – Campus de Campo Mourão/PR, [thiagopires@hotmail.com.br](mailto:thiagopires@hotmail.com.br).

O presente trabalho tem como objeto a análise do plexo de diplomas normativos internacionais e domésticos, das políticas públicas e dos instrumentos de atuação do Ministério Público (MP) que reconheçam e garantam direitos à população trans nos eixos da saúde (sobretudo aspecto psíquico) e do trabalho, tendo em vista as intercorrências enfrentadas pelas pessoas trans na inserção no meio social e as consequências nefastas advindas pela sorte de óbices criados em uma sociedade que se mostra intolerante e avessa à diversidade no âmbito das relações sociais constituídas, em especial no meio ambiente de trabalho.

Nesse viés, é de fundamental relevância para a melhor compreensão da temática que ela seja feita sob um olhar desconstruído, isto é, embasado em um viés múltiplo, hábil a congregar várias áreas do conhecimento, com abordagem tanto à luz dos influxos jurídicos, como também pelo prisma das contribuições dadas por outras áreas da cognição, que se mostram aliadas no enfrentamento de questões atinentes à comunidade LGBTQIAPN+ que, por si só, são permeadas por inúmeras situações de interseccionalidades (*overlapping oppressions*).

As questões problemáticas que pautam a presente dissertação se configuram do seguinte modo: quais são as políticas públicas e instâncias municipais de acesso aos direitos fundamentais da população trans de Campo Mourão/PR? Quais as dificuldades e os desafios encontrados na tutela dos direitos fundamentais da comunidade trans pelo Ministério Público com atuação em Campo Mourão/PR? Já o objetivo geral da pesquisa se encontra atrelado a investigar as políticas públicas e os possíveis instrumentos de atuação do Ministério Público em Campo Mourão/PR na consecução da observância do princípio da dignidade da pessoa humana e na promoção dos direitos humanos, no que toca à acessibilidade das pessoas trans aos direitos fundamentais.

A fim de respaldar o objetivo geral, a pesquisa se desdobrou em objetivos específicos, a saber: contextualizar a discussão da temática trans a partir da perspectiva dos direitos humanos e direitos fundamentais sociais, com ênfase sobretudo nos eixos de análise da saúde e do trabalho; analisar a promoção e o aperfeiçoamento de políticas públicas de gênero, bem como verificar espaços de atuação do Ministério Público na inclusão e no reconhecimento da população trans; e compreender o cenário de Campo Mourão/PR quanto à salvaguarda dos direitos e interesses do grupo trans e analisar a viabilidade de realização de ações diretas do Ministério Público (Procedimento Administrativo Promocional e Audiência Pública).

## **METODOLOGIA**

No tocante à metodologia adotada, trata-se de pesquisa interdisciplinar, de natureza qualitativa e interpretativa. Propugnamos por uma análise interdisciplinar dos fenômenos sociais, de modo a compreendê-los não de modo estanque e segmentado, mas sim de uma maneira holística ao considerar também o enfoque sócio-histórico e cultural adjacente ao tema. Além disso, o trabalho também não se desprende da metodologia social de análise da linguagem, com estreito imbricamento com a ciência do Direito. Dessa forma, coadunamos contribuições da ciência do Direito, da Educação, História, Filosofia, Psicologia, Sociologia e dos estudos de gênero aos eixos de análises dos direitos humanos e fundamentais sociais da saúde (sobretudo aspecto psíquico) e do trabalho no tocante às pessoas trans de Campo Mourão/PR.

## **RESULTADOS**

Com relação aos resultados obtidos até o momento na pesquisa, destacamos que a etapa em que se encontra é em pós-qualificação, com a elaboração das seções teóricas da dissertação. Reconhecemos a identidade de gênero enquanto direito humano e fundamental, com a conseqüente proteção da pessoa trans, no intuito de promover plenamente a consecução da dignidade da pessoa humana, igualdade na acepção material e de reconhecimento, dos valores sociais do trabalho. Entendemos pela necessidade de ser articulada uma série de medidas sociopolíticas hábeis a conferir uma maior visibilidade e inclusão da população trans. Isso tudo se mostra necessário para a construção e consolidação de um ambiente democrático, eclético, plural, mas que sobretudo fomenta continuamente a diversidade em todas as esferas societárias. A viabilização dessas medidas efetivas, que também pode ser provocada, por exemplo, pelo MP ou pela DP, por meio de atuação promocional (abertura de Procedimento Promocional, realização de audiências públicas, simpósios, conferências) ou repressiva (instauração de Inquérito Civil ou Procedimento Administrativo e/ou ajuizamento de Ação Civil Pública para implementação de políticas públicas), é de fundamental importância a fim de promover a superação da substancial dificuldade encontrada pela comunidade trans no livre acesso a espaços públicos e privados, precipuamente na ocupação de postos de trabalho formal no Brasil e no integral acolhimento, despido de quaisquer condutas discriminatórias, por parte dos demais grupos sociais.

## **REFERÊNCIAS**

BENEVIDES, Bruna G. (org.). **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 01 julho 2023.

BENEVIDES, Bruna G. **Marcos Históricos do Movimento LGBTI+ Brasileiro**. Publicado em: 28/01/2020. Atualizado em 28/06/2022. Disponível em: <https://brunabenevidex.medium.com/marcos-hist%C3%B3ricos-do-movimento-lgbti-brasileiro-ad84dd691f41>. Acessos em: 25 nov. 2021; 08 jun. 2023.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade?** São Paulo: Editora Brasiliense, 2. ed. 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05.10.1988. Brasília. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 16 outubro 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério Público Federal. **Fada Madrinha: MPF, PF e MPT deflagram operação contra tráfico internacional de transexuais**. Publicado em: 09/08/2018. São Paulo. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/sp/sala-de-imprensa/noticias-sp/fada-madrinha-mpf-pf-e-mpt-deflagram-operacao-contr-esquema-de-trafico-de-pessoas-transexuais>. Acesso em: 16 outubro 2022.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.277**. Relator: Min. Ayres Britto, 5 de maio de 2011. Diário da Justiça Eletrônico, Brasília, DF, n. 198, 14 out. 2011. Acesso em: 16 outubro 2022.

BRAVA GENTE BRASILEIRA. Longa-metragem. Direção: Lúcia Marat. Brasil, 2001. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=X8hQRN5erwE>. Acesso em: 16 outubro 2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho: obra revista e atualizada conforme a lei da reforma trabalhista e inovações normativas e jurisprudenciais posteriores**. 18ª ed. São Paulo: LTr, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução Raquel Ramallete. 22ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional**: um estudo comparativo dos Sistemas Regionais Europeu, Interamericano e Africano. 9ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Visibilidade transgênero no Brasil**. Correio Braziliense, caderno Opinião, p. 13, 18 de janeiro de 2012. Disponível em <https://conteudoclipingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2012/1/18/visibilidade-transgenero-no-brasil>. Acesso em: 16 outubro 2022.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos / Jaqueline Gomes de Jesus. Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 16 outubro 2022.

JESUS, Jaqueline Gomes. Feminismo e identidade de gênero: elementos para a construção da teoria transfeminista. In: FAZENDO GÊNERO, **Anais [...]**, 2013.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 1986.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Violência e assédio no mundo do trabalho: Um guia sobre a Convenção n.º 190 e a Recomendação n.º 206**. Escritório Internacional do Trabalho. Genebra, 2021. 1v. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/documents/publication/wcms\\_832010.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/documents/publication/wcms_832010.pdf). Acesso em 01 julho 2023.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Por que você não me abraça? Reflexões a respeito da invisibilização de travestis e mulheres transexuais no movimento social de negras e negros. **Revista Sur** 28, v.15, n. 28, p. 167-179, 2018. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2019/05/sur-28-portugues-megg-rayara-gomes-de-oliveira.pdf>. Acesso em 07 junho 2023.